

Fábricas Recuperadas na América Latina: estudo comparado entre Brasil e Argentina

Recovered Factories in Latin America: a comparative study between Brazil and Argentina

Rafael de Almeida Martarello¹

Rafael de Brito Dias²

Juan Facundo Picabea³

RESUMO

Este estudo visa contribuir para o entendimento do processo de Adequação Sócio-Técnica (AST), caracterizado pelo reprojeto de artefatos tecnológicos e criação de Tecnologia Social em Fábricas Recuperadas (FRs). Em segundo plano, identifica a intensificação da experiência autogestionária em FRs na Argentina e no Brasil, incentivadas pela atuação e/ou omissão das políticas públicas estatais. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas nos países estudados e um posterior estudo de caso com base na realização de visitas e entrevistas estruturadas com trabalhadores, técnicos, representantes de movimentos sociais e pesquisadores. Constatou-se que em relação aos fatores analisados as experiências em Fábricas Recuperadas têm maior consolidação e maturidade na Argentina, fato que deve ser entendido como resultado da geração de tecnologias via AST e das políticas públicas para FRs. Embora a atual configuração das políticas públicas tem se limitado a subversão dos direitos de propriedade estabelecida, ao invés de incluí-lo como uma nova dinâmica econômica para o aprofundamento da experiência real de autogestão.

Palavras-chave: Fábricas Recuperadas; Adequação Sócio-Técnica; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aims to contribute to the understanding of the process of Adequacy Socio-Technical (AST), characterized by reprojecting of technological artifacts and creation of Social Technology in Recovered Factories (RFs). In second plan, identifies the intensification of self-management experience in RFs in Argentina and Brazil, encouraged by the actions and / or omissions of state public policy. Therefore, it was made a bibliographic research on public policies in the countries studied and an ulterior case study based on visits and structured interviews with workers, technicians, representatives of social movements and researchers. It was found that in relation to the factors analyzed the experiences of Recovered Factories have more consolidation and maturity in Argentina, fact that must be understood as a result of generated technologies via AST and public policies for FRs. Although the current configuration of public policies has been limited to subversion of property rights established, instead of include it as a new economic dynamic for the deepening of the real experience of self-management.

Keywords: Recovered Factories; Adequacy Socio-Technical; Public policies.

¹ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-Limeira). Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Graduando. E-mail: martarellorafael@gmail.com.

² Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS). Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Doutor. E-mail: rafael.dias@fca.unicamp.br.

³ Universidade Nacional de Quilmes, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, Doutor. E-mail fpicabea@hotmail.com.

Texto recepcionado em regime de fast-track da IV Semana de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri (SAP/UFCA), ocorrida entre os dias 21 e 25 de setembro de 2015 em Barbalha/CE, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Uma característica intrínseca da dinâmica capitalista tem sido a quebra de empresas por conta da competitividade e o fechamento da atividade por outra mais lucrativa. Como resultado há um artifício de recuperação de empresas, um protagonizado pelo o Estado – a recuperação judicial - e outro protagonizado pelos próprios trabalhadores – as Fábricas Recuperadas (FRs) – em que não convencionalmente organizados os trabalhadores tem buscado outras relações sociais, alguma delas em conjunto com as ações estatais para solução dos problemas enfrentados pelas FRs e para sua ampliação como alternativa a quebra e fechamento de empresas.

As Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores (FRs) data o século XIX com experiências na Comuna de Paris, ao entregar fábricas abandonadas pelos empresários aos operários constituídos como cooperativa. Esse processo de falência de empreendimentos econômicos e corte de mão de obra é inerente ao sistema capitalista de produção e vem ocorrendo fortemente em períodos de crise e reestruturação.

A classe proletária tem resistido frente aos efeitos do fechamento de diversas empresas em setores distintos, que tem atacado toda planta produtiva nacional. Essa resistência se dá de maneira organizada e inteligente, uma vez que um dos problemas é o fechamento de empresas, os próprios trabalhadores ocupam e administram as empresas, na tentativa de recuperar sua produção, trabalho e sustento.

O fenômeno de recuperação de empresas por trabalhadores é entendido por Ruggeri como “um processo social e econômico que pressupõe a existência de uma empresa capitalista anterior cuja falência ou inviabilidade econômica resultou na luta dos trabalhadores por autogerí-las” (Henriques et al, 2013. P.27). Esse movimento é imensamente marcado por não ser contestador do Estado e sim por procurar sua proteção, além de como aponta Saavedra (2007) uma predominância de 92% dos entrevistados consideraram injusto ocorrer a ocupação em fábricas onde os salários são pagos corretamente, embora não comentada outras causas que possam levar a ocupação são demissões, fraudes, esvaziamento e outros desrespeito ao contrato trabalhista.

Desta forma é possível depreender que a recuperação/ocupação de fábricas por trabalhadores é o principal fenômeno de proteção e ataque da classe trabalhadora, pois nela se insere uma percepção histórica de classe, que ao cruzar os braços, fere diretamente a necessidade incessante de reprodução do capitalismo, que é a transformação D-M-D’ que tem por base a exploração da mais valia, secundamente um movimento de questionamento e contestação ética, filosófica e societária e da função do Estado e da empresa exercem no sistema de produção.

As FRs têm gerado grandes desafios ao poder público para a intermediação de conflitos, como também na qualidade e formato das políticas públicas que devem ser ofertadas, uma vez que a interferência causada por uma política pública desenvolvida pelo Estado direciona os rumos que este pretende alcançar, além de evidenciar suas intenções.

A política pública pode ser definida como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2013, p.2). Este enfrentamento pode ser entendido como uma função exclusiva do Estado (abordagem estatista) ou como um protagonismo provindo de atores não estatais e estatais (abordagem multicêntrica). A omissão não pode ser entendida como uma política pública, como discute Secchi (2013), e sim como uma negligência ou a não inserção na agenda formal dessas demandas, o que “gera um questionamento sobre seus interesses na manutenção do status quo” (SECCHI, 2013, p.6). Na inatividade do Estado, um conjunto de outros atores procura e desenvolve ações necessárias para problemas públicos, entre eles a mídia e políticos, como também a sociedade civil. Por essa não atuação do Estado concordamos com a abordagem multicêntrica, desta maneira “a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo com sua estrutura administrativa,

não é a única instituição a servir a comunidade política, isto é, a promover ‘políticas públicas’” (HEIDEMANN, 2009, p.31 apud SECCHI, 2013, p.5). Embora este estudo se focaliza pela promoção de políticas públicas advindas do Estado.

As ações estatais destinadas para FRs são de visível apoio, mas estas não têm colaborado para a efetiva consolidação do movimento autogestionário, que é estabelecido com a plena autonomia gerencial e a alteração da funcionalidade dos meios de produção para realização de novas relações sociais, também entendido como Adequação Sócio-Técnica (AST).

A Adequação Sócio-Técnica (AST) é um conceito que surge para a solução da transformação da Tecnologia Convencional (TC) para a Tecnologia Social (TS) “aplicando critérios suplementares aos técnicos-econômicos usuais a processos de produção e circulação de bens e serviços em circuitos não formais” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p.100-101). Ao se operacionalizar torna-se um método de reprojeto das características físicas de um determinado artefato tecnológico e de redefinição dos valores, que se alinha com a do grupo social relevante. O processo de AST em permanente construção mostra-se indispensável ao “crescimento e radicalização do movimento associativista e da autogestão (cooperativista surgidas de assentamentos, mutirões dos Sem-Teto, fábricas recuperadas, cooperativas populares, etc)” (NOVAES; DIAS, 2010, p.145).

2. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter descritiva, onde se é utilizado dados teórico-históricos e aplicados. O primeiro tipo de dado foi obtido pela técnica bibliográfica consistindo em leitura, coleta e análise dos resultados processados sobre temas como Economia Solidária, Autogestão, Políticas Públicas e Tecnologia. Já o segundo método foi feito pelo estudo de caso realizado no primeiro semestre de 2015 em Fábricas Recuperadas de Buenos Aires, para compreensão a partir de casos ilustrativos.

As diversas fontes para a obtenção de informações foram terciários - materiais originais e trabalhos acadêmicos - além da coleta indireta - feita a partir de pesquisas acadêmicas e de registros públicos - e coleta direta a partir de entrevistas com a finalidade de especificar o contexto das FRs e sua relação com o Estado, orientada pelo questionário de Henriques et al (2013), para facilitar a comparação futura do fenômeno estudado com o caso brasileiro, sendo realizada com Luís Caro fundador do MNFRT e escritor da primeira lei de expropriação na Argentina, com o IESCT/UNQ e em quatro fábricas recuperadas: Ghelco; La Mocita; Nac Pop; e CAFLA.

A pesquisa com a Cooperativa CAFLA teve objetivo de apresentar informações históricas, administrativas e produtivas sobre a empresa, além de fornecer subsídios para ilustração de reestruturação tecnológica em Fábricas Recuperadas.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Políticas Públicas e FRs

A Argentina como também o Brasil são marcados pela tradição paternalista de seu Estado. Outra característica apresentada pelo o Estado é que ele é o principal fomentador e inibidor das dinâmicas econômicas e sociais, através de mecanismos como: premiação; coerção; conscientização; e solução técnica. Podendo incentivar a promoção de políticas públicas até o ponto desejável ou ideal, até mesmo se omitir ou agir de forma coercitiva a um dado fenômeno.

Discutir políticas públicas no Brasil para FRs é um tema complexo na medida que o deputado com maior

patrimônio declarado, tem acumulado vinte e sete fechamentos de empresas⁴, que já apresenta parecer com evidencia de fraudes processuais e confusão patrimonial. As políticas públicas desenvolvidas no Brasil para FRs são marcadas pela presença superficial do poder público, o cenário é de raras políticas públicas específicas para FRs, e as existentes, como as gerais não estão atendendo as demandas das empresas com relação ao Estado. As ações desenvolvidas estão o apoio na recuperação e manutenção das FRs, onde segundo Henriques et al (2013) foi presente em 41% dos casos, via governos de Estado e Prefeituras em grande parte, em menor relevância o Governo Federal e suas autarquias ou empresas públicas. Mesmo a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) tem sido tímido e na maioria dos casos conforme o autor, ausente. As atividades específicas foram editais e grupo de trabalho, as gerais segundo Henrique et al (2013) foram: formação sistemática; assessoria; articulação política; subsídio; isenção de impostos; transporte e apoio a infraestrutura, cessão de espaço. Devemos lembrar que essas ações não atingiram todos os empreendimentos por muitas advirem de prefeituras e governos do Estado. A principal autarquia que tem estabelecido grande vinculo com as FRs são as universidades, realizando pesquisas, formações, assessoria, serviço de alimentação.

Na Argentina segundo pesquisa de Ruggeri (2005) desde 2005 há por parte do Estado ações de apoio a FRs. Essas políticas públicas são desenvolvidas por Ministérios como do Trabalho e do Desenvolvimento Social, também colaboraram para essas ações banco nacional, INAES, Governo de Províncias, Legislaturas, Municípios. As políticas públicas desenvolvidas têm aspectos gerais que beneficiaram as empresas recuperadas, embora segundo Ruggeri (2014) algumas políticas públicas tem atrapalhado a recuperação das empresas, outras tentam impulsionar nas FRs característica da empresa convencional. As recentes empresas que entraram em processo de recuperação têm recebido diferentes apoios apresentado na figura abaixo:

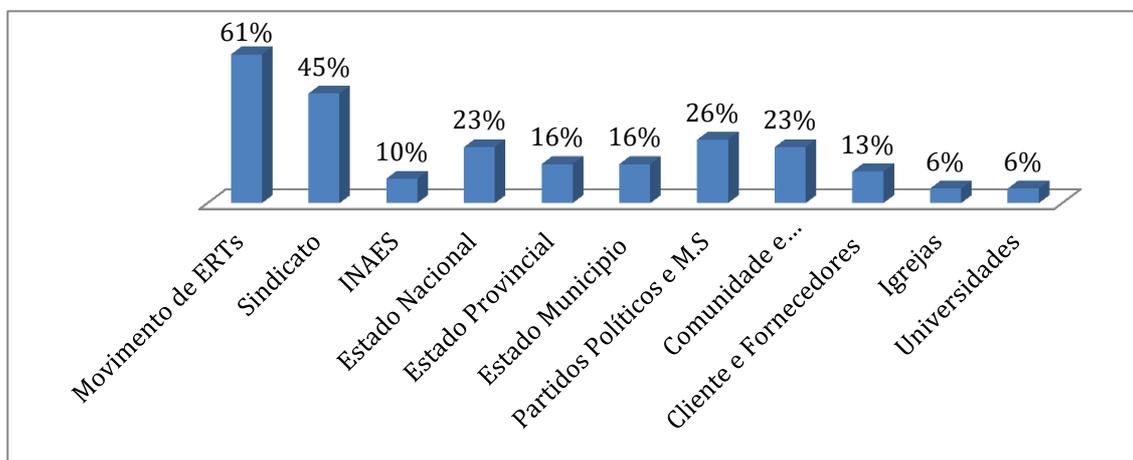


Figura 1 – Apoiadores das recentes FRs argentinas.

Fonte: Adaptado de Ruggeri (2014).

Na Figura 1 é possível perceber mesmo após a consolidação do fenômeno de empresas recuperadas como alternativa ao fechamento de empresas, o apoio do Estado é fraco, se levado em consideração outros apoios empreendidos se torna inda menos relevante. Entidades públicas com sistema mais flexível, como as Universidades, não tem atuado de maneira ágil, desperdiçando oportunidade de realizar ações que favoreça mutualmente universidade e FRs, além de ter colaborado, por exemplo, o mesmo tanto que

⁴ Pragmatismo Político, 13/02/2015, “Deputado mais rico do Brasil faliu 27 empresas”.

Igrejas.

As políticas executadas pelo Estado foram a concessão de: subsídios/créditos; capacitação; projetos sociais; assessoria; político, doações. Na figura 2 é apresentado os dados da evolução destas atividades executadas pelo governo da Argentina e a comparação com o Brasil.

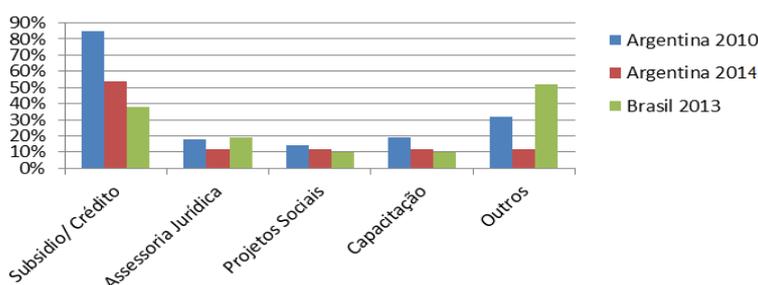


FIGURA 2 – Atividades realizadas pelo Estado para as FRs.

Fonte: os autores.

Segundo Saavedra (2007) o Programa de Trabalho Autogestionado se apresenta como uma importante ação do governo nacional. Este programa tem por finalidade “manter e gerar postos de trabalho, promovendo e fortalecendo unidades produtivas autogestionadas por trabalhadores” (Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social) é direcionada para as FRs, articulando ações de higiene e segurança no trabalho, ajuda economia, apoio técnico para competitividade e para a capacidade produtiva. Em 2005 este programa beneficiou segundo Saavedra (2007) 61 empresas com 1.850.000 pesos.

O Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES) em 2013 criou uma nova resolução (4664/13) que substitui a antiga resolução (183/92) que tratava do acesso à seguridade social, onde a própria cooperativa deve garantir acesso à seguridade, passando para uma situação onde o cooperado é tratado como trabalhador autônomo deve pagar o monotributo⁵. Onde só é possível ter acesso à atenção médica e aposentadoria, e não ao auxílio-desemprego, riscos de trabalho, abono família.

As FRs têm conseguido pelo ramo jurídico algumas conquistas importantes como expropriações definitivas, expropriações temporárias e autorização a funcionar. Outra política pública importante é a nova Lei de falências e quebras (26.684) promulgada dia 29 de junho de 2011, esta lei é uma reivindicação antiga do MNFRT e trouxe importantes alterações ao processo de falência, em especial para as empresas em recuperação. A nova lei prevê segundo Ruggeri (2014) a prioridade na continuidade produtiva ao invés da liquidação dos bens, criando um mecanismo onde as dívidas com os trabalhadores servem como capital para a compra da empresa no formato de cooperativa.

Essas políticas públicas, tanto brasileiras como argentinas, recebem uma série de crítica por parte dos trabalhadores e de acadêmicos. Em Henriques et al (2013) existe uma grande insatisfação das FRs sobre o papel do Estado. As poucas políticas públicas especificadas encontradas para FRs desconsidera suas debilidades e seu formato solidário, criando políticas públicas onde nenhuma pode participar por não responder aos requisitos burocráticos. Para Ruggeri (2014) o formato das políticas empreendidas na

⁵ O monotributo é um regime tributário integrado que simplifica unificando em uma só guia todas as obrigações impositivas e previdenciárias mensalmente, é como o simples nacional no Brasil, só que destinado ao empregado.

Argentina listada na Figura 2 é alvo de críticas por não serem feitas com a característica política da autogestão, o que parece descaracterizar o movimento autogestionário ao inserir uma lógica capitalista com orientação reformista. Já a nova lei de falência analisada por Ruggeri (2014) as novas empresas após a criação da lei aponta que, a lei tem sido ineficiente, além de causar algo que o autor denomina de “judicialização dos conflitos”, onde é passado para o judiciário decidir sobre as leis de expropriação e não mais o legislativo que desde 2001 são fortemente pressionados, ao nosso ver está é uma ação liberal.

Como resultado das dinâmicas estatais via políticas públicas, e das dinâmicas internas das fábricas, a tabela abaixo trás o resultado quantitativo da evolução das FRs nos dois países.

Ramo de Atividade	Nº de ERTs 2005 (Argentina)	Nº de ERTs 2010 (Argentina)	Nº de ERTs 2014 (Argentina)	% do Total de ERTs 2014 (Argentina)	Total ERTs (Brasil)	% do Total de ERTs 2013 (Brasil)
Metalurgia	47	48	61	19,61%	30	45%
Alimentícia	31	26	40	12,86%	9	13%
Têxtil	11	13	26	8,36%	11	16%
Química/Plástico	3	8	13	4,18%	7	10%
Gráfica	10	16	31	9,97%	0	0%
Indústria de Carne	13	13	22	7,07%	0	0%
Construção	2	12	17	5,46%	0	0%
Outras	44	69	101	31,59%	10	16%
TOTAL	161	205	311	100%	67	100%

Tabela 1 – Evolução dos principais ramos de atividades das ERTs argentinas e a comparação com as ERTs brasileiras.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da bibliografia.

3.2 Adequação Sócio-Técnica em Fábrica Recuperada: Estudo de caso da Cooperativa CAFLA

A Cooperativa de Trabalho CAFLA é uma indústria do setor de plástico e metalurgia localizada na cidade autônoma de Buenos Aires na Argentina. Atualmente produz acessórios para sanitários, cozinha e banheiros, com cobertura nacional e produção especificadamente para consumo final. A cooperativa conta com doze sócios e cinco empregados, sendo quatro deles contratados por conta da temporada e um fixo, que participou do processo de recuperação, mas por conta da responsabilidades não quis tornar-se sócio.

Fundada em 1971, com a fundação da empresa de Sociedade Limitada CAF teve bons anos e adquiriu nome reconhecido no setor, mas devido ao contexto de crise econômica iniciado nos anos 90 e seu auge em 2001, somado com o fato de não poder mais honrar com as dívidas da operação - uma vez que os preços eram oscilantes e tinha vendas antecipadas pagas - o dono da empresa foi embora do país, abandonando a fábrica. Chegando o ano de 2006, a fábrica entrou em pleno processo de esvaziamento,

além de não poder mais honrar com as contas com fornecedores, credores e dívidas fiscais. A situação dos trabalhadores era crítica, eles estavam cinco meses sem receber salários - Dezembro de 2005 a Abril de 2006 - e seis meses sem receber encargos sociais.

No decorrer do início da recuperação Junho de 2006 até 2015 foi possível trocar de galpão e comprar suas próprias máquinas com recursos próprios. No novo galpão a parte hidráulica e elétrica foi construída pelos trabalhadores, já cerca de metade das máquinas foram restauradas ou criadas.

As Adequações Sócio-Técnicas (AST) realizadas pelos trabalhadores podem ser qualificadas de acordo com os níveis de complexibilidade de AST apresentada por NOVAES (2007). Embora diferentes máquinas e técnicas têm atingido níveis baixos e intermediários da metodologia (Uso, Apropriação, Repotenciamento, Ajuste do Processo de Trabalho, Alternativas Tecnológicas), como a Assembleias, Injetoras, Guilhotina e etc, outras se destacam em níveis altos (Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente), considerados como inovações incrementais, são exemplos deste último a Desempenadora, o Balancim, e o Fogão.

A Desempenadora é uma máquina construída para desamassar e endireitar os canos de cobre que irão ser usados para fabricação de flexíveis de $\frac{1}{2}$ e $\frac{3}{4}$. Antigamente a função era realizada manualmente, ou seja, em uma superfície plana o operador tinha que ficar rolando o cano até ele ficar apropriado para o trabalho. A nova máquina tem seus mecanismos ligados por correia a um motor que quando acionado endireita o cano colocando entre os mecanismos, além de contar com um sistema de segurança caso a mão entra entre os mecanismos, ele freia. Esta criação melhorou a saúde física ao não mais machucar as mãos com movimentos repetitivos, além de mental, pois as dores estressavam os funcionários, culminando na exclusão de uma tarefa de grande dispêndio e pouca agregação no produto.

O Balancim é uma máquina que faz o arame de cobre para parafusos, para esse processo é necessário desamassar, medir e cortar a matéria-prima. A modificação feita foi embutir alguns mecanismos para desamassar o cobre e inserir o extremo de direção de um carro para o auto abastecimento da máquina, com isso incorporou um processo de produção a máquina, além de ter feito uma matriz para cortar a matéria prima alimentada, o que é feito com maior velocidade e eficiência, precisando só de um golpe para cortar a matéria prima que antes era feita em três golpes.

O Forno é uma máquina que foi construída devido à necessidade e sua funcionalidade para o processo de produção dos flexíveis. O protótipo desta máquina já existe, mas em círculo e o encaixe do flexível era encaixado por baixo ou no caso da cooperativa antes da recuperação onde muitas vezes os trabalhadores tinha que segurar a peça na mão e usar o maçarico para maleá-la. O forno criado foi feito em um formato quadrangular e adaptável ao tamanho das instalações ao mesmo tempo respondendo as necessidades produtivas da fábrica. Os materiais usados para sua construção foram quase na totalidade materiais reutilizados de outras máquinas, equipamentos e de um caminhão, demorando entre três a quatro meses para finalizar sua montagem. Neste novo formato, na mesa é possível deixar parte do material armazenado para abastecer a máquina, o encaixe não é por baixo e sim fica pendurado o que é melhor para manter a rigidez durante o movimento da máquina e o "banho de fogo", além de permitir os dois tamanhos de flexíveis usados na fábrica. Outras melhoras também inseridas por conta da máquina são, da velocidade da esteira ser maior e a operação ser mais rígida e uniforme por conta do suporte de flexível. Para os trabalhadores a falta de perigo de acidente com maçarico e a chaminé da máquina que suga as cinzas, o cheiro e o calor, podem indicar melhoras de salubridade no ambiente de trabalho.

4. CONCLUSÃO

Discutidas algumas condicionantes para o processo de escolha da forma de atuação estatal nas políticas

públicas é possível entender que “a definição das alternativas é o instrumento supremo do poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder” (SCHATTSCHEIDER, 1960,p.68 apud SECCHI, 2013, p.48). A atual configuração das políticas públicas tem se limitado a subversão dos direitos de propriedade estabelecida. Esta característica é possível dentro do Estado capitalista contemporâneo, que tem o interesse de manter postos de trabalho, mas não fere o sociometabolismo do capital, engessando o fenômeno de FRs no campo social, ao invés de incluí-lo como uma nova dinâmica econômica para o aprofundamento da experiência real de autogestão.

A experiência argentina em FRs apresenta forte consolidação e maturidade, enquanto que a experiência brasileira ainda é limitada. Este esse dado é decorrente das políticas públicas para FRs, fato que sucede da importância das conquistas no âmbito estatal por parte dos movimentos de fábricas recuperadas, como também da atuação intra-fábrica dos trabalhadores.

O processo de Adequação Sócio-Técnica em FRs como forma de moldar a tecnologia a valores pretendidos, tem se apresentado como alternativa viável e criado uma nova relação homem máquina, a do eu a construo ao me construir. Nessa direção, o gerenciamento do processo de trabalho desenvolvido dentro das fábricas recuperadas tem de ajustado aos valores da autogestão, do cooperativismo e da Economia Solidária.

Conclui-se que embora a Adequação Sócio-Técnica (AST) incita a organização da produção de uma maneira distinta, colaborando com a possibilidade do empoderamento dos trabalhadores em um marco prático e conceitual importante, mas ela não cria uma demarcação definitiva ou a construção real de um modo de produção alternativo, justamente por se restringir ao isolamento das unidades produtivas, além de não se inserir em todos os setores da dinâmica capitalista, ou seja, ela prefere alcançar a autogestão em uma unidade produtiva, do que ser hegemônica.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social. Sobre Programa Trabalho Autogestionado. Disponível em: <<http://www.trabajo.gov.ar/promoempleo/autogestionadas2.asp>> Acesso em 15/09/2015.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social**. Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (orgs.) – 2. Ed. Ver. E ampl. – Campinas, SP: Komedi, 2010.

DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. **Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social**. Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (orgs.) – 2. Ed. Ver. E ampl. – Campinas, SP: Komedi, 2010.

HEIDEMANN, Gebrauchte Fahrräder. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: HEIDEMANN, F.G; SALM, J.F. (Orgs) Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editoria da UnB, 2009.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; GIROTO, Mariana Baptista; PAULUCCI, Maria Alejandra; RODRIGUES, Thiago Nogueira; ROCHA, Maíra Cavalcanti; FARIA, Maurício Sardá de. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. 1ºed. 2013.

NOVAES, Henrique Tahan. **O Fetiche da Tecnologia: A experiência das fábricas recuperadas.**São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RUGGERI, Andrés (Coord). **Las empresas recuperadas en La Argentina:** informe del segundo relevamiento Del Programa. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2005.

RUGGERI, Andrés (Coord.). **Las Empresas Recuperadas en La Argentina:** Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2010.

RUGGERI, Andrés (Coord). **Las empresas recuperadas en La Argentina:** informe del cuarto relevamiento Del Programa. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2014.

SAAVEDRA, Ignacio. **Empresas recuperadas: la autogestión de los trabajadores.** Ignacio Saavedra y Julián Rebón. A ed., Buenos Aires, Capital Intelectual, 2006.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **The semisovereign people: a realist's view of democracy in America.** Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Leonardo Secchi. – 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2013.